2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Diploma Ministerial n.º 68/2001:
Publica o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior, e revoga o Diploma Ministerial n.º 86/93, de 22 de Setembro

Ministérios da Administração Estatal e do Plano e Finanças:

Diploma Ministerial n.º 69/2001:
Aprova os quadros de pessoal comum e privativo do Ministério da Administração Estatal, e revoga os Diplomas Ministeriais n.º 86/94, de 15 de Junho, n.º 7097, de 15 de Janeiro, n.º 7899, de 14 de Julho e o quadro de pessoal do Departamento de Atendimento aos Dirigentes em ato no diploma Ministerial n.º 89/95, de 18 de Janeiro

Ministério da Educação:

Diploma Ministerial n.º 70/2001:
Aprova o Estatuto Orgânico da Direcção Nacional de Formação de Professores e Técnicos da Educação

Ministérios da Saúde, da Administração Estatal e do Plano e Finanças:

Diploma Ministerial n.º 71/2001:
Aprova os quadros de pessoal comum e privativo do Ministério da Saúde, e revoga o Diploma Ministerial n.º 6695; de 5 de Abril

Ministérios do Trabalho, da Administração Estatal e do Plano e Finanças:

Diploma Ministerial n.º 72/2001:
Aprova os quadros de pessoal comum e privativo do Ministério do Trabalho, e revoga os Diplomas Ministeriais n.º 30997 e n.º 7998, de 4 de Junho e de 28 de Janeiro, respectivamente

Ministérios da Cultura, da Administração Estatal e do Plano e Finanças:

Diploma Ministerial n.º 73/2001:
Aprova os quadros de pessoal comum e privativo do Arquivo do Patrimônio Cultural, e revoga o Diploma Ministerial n.º 1495, de 8 de Fevereiro

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Diploma Ministerial n.º 68/2001

de 2 de Maio

Havendo necessidade de se adequar o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior às atribuições e competências que foram definidas pelo Decreto Presidencial n.º 18/2000, de 21 de Novembro;

Após aprovação pelo Conselho Nacional da Função Pública, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 3 do Regulamento do Conselho Nacional da Função Pública aprovado pelo Decreto n.º 5/2000, de 4 de Abril, e ao abrigo do disposto no artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 18/2000, o Ministro do Interior determina:

Artigo 1. É publicado o Estatuto Orgânico do Ministro do Interior, que consta em anexo ao presente diploma ministerial e que dele faz parte integrante.

Art. 2. É revogado o Diploma Ministerial n.º 86/93, de 22 de Setembro.


Estatuto Orgânico do Ministro do Interior

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

Áreas de actividades

ARTIGO 1

Para a realização dos seus objectivos e funções específicas o Ministro do Interior está organizado de acordo com as seguintes áreas de actividades:

a) Polícia;

b) Identificação Civil;

c) Migração;

d) Bombeiros.

SEÇÃO II

Estrutura

ARTIGO 2

O Ministro do Interior tem a seguinte estrutura:

a) Inspeção Geral do Ministério;

b) Comando-Geral da Polícia;
c) Direcção Nacional de Identificação Civil;
d) Direcção Nacional de Migração;
e) Serviço Nacional de Bombeiros;
f) Direcção de Informação;
g) Direcção de Recursos Humanos;
h) Departamento de Administração e Finanças;
i) Gabinete de Estudos e Planificação;
j) Gabinete de Assuntos Jurídicos;
k) Gabinete de Relações Internacionais;
l) Gabinete do Ministro.

SEÇÃO III
Funções

ARTIGO 3
(Inspecção Geral)

São funções da Inspeção Geral:

a) Dirigir, organizar e executar a inspeção em todas as áreas de actividade do Ministério do Interior;
b) Verificar o cumprimento das leis, regulamentos e decisões superiores pelas estruturas do Ministério do Interior;
c) Propor o sistema de inspeção, auditoria e orientação técnica a implementar nas áreas do Ministério do Interior;
d) Realizar inquéritos e sindicância determinados pelo Ministro do Interior;
e) Assessorar o Ministro do Interior na direcção de todo o processo de inspeção;
f) Verificar as condições do funcionamento dos órgãos do Ministério e propor medidas para o seu melhoramento.

ARTIGO 4
(Comando Geral da Polícia)

As funções do Comando Geral da Polícia constam do respectivo estatuto orgânico.

ARTIGO 5
(Direcção Nacional de Identificação Civil)

São funções da Direcção Nacional de Identificação Civil:

a) Emitir e renovar bilhetes de identidade dos cidadãos nacionais;
b) Proceder a averbações nos bilhetes de identidade a requerimento dos interessados;
c) Proceder a identificação dactiloscópica, sinalética, antropométrica e fotográfica dos cidadãos que requerem bilhetes de identidade;
d) Preencher e catalogar, por ordem alfabética e numérica, verbetes onomásticos correspondentes ao bilhete de identidade;
e) Criar e gerir um banco de dados dos cidadãos nacionais.

ARTIGO 6
(Direcção Nacional de Migração)

São funções da Direcção Nacional de Migração:

a) Emitir passaportes e outros documentos de viagem para cidadãos nacionais e estrangeiros;
b) Emitir vistos de entrada dos cidadãos estrangeiros no território nacional;
c) Conceder autorização de residência aos cidadãos estrangeiros no País;
d) Proceder ao controlo do movimento migratório através das fronteiras;
e) Proceder à inspeção de passaportes e outros documentos de viagem.

ARTIGO 7
(Serviço Nacional de Bombeiros)

São funções do Serviço Nacional de Bombeiros:

a) Combatir os incêndios;
b) Elaborar normas técnicas sobre a prevenção e combate aos incêndios, inundações, desabamentos, abaloamento, e duma maneira geral em todas as calamidades que ponham em risco vidas e bens;
c) Pronunciar-se e emitir pareceres sobre projectos de obras novas de construção civil quanto a questões de segurança contra incêndios;
d) Proceder a vistorias, exames e inspeções a edifícios estabelecimentos ou meios de transporte, por sua iniciativa no interesse público ou a pedido dos interessados;
e) Socorrer e salvar pessoas e bens em caso de incêndios, acidentes e calamidades naturais.

ARTIGO 8
(Direcção de Informação)

São funções da Direcção de Informação:

a) Recolher, compiling, sistematizar e analisar a circulação de informações de natureza estratégica e de interesse policial ou com ela relacionadas;
b) Produzir e fazer circular informações relativas à avaliação da segurança interna pelos diversos órgãos do Estado;
c) Assegurar a coordenação com os outros órgãos de informação em matéria de informação do Estado.

ARTIGO 9
(Direcção de Recursos Humanos)

São funções da Direcção de Recursos Humanos:

a) Conceder, coordenar e apoiar tecnicamente a definição da política de recursos humanos afectos ao Ministério do Interior;
b) Estudar e propor as bases gerais de política de recrutamento do pessoal do Ministério do Interior;
c) Coordenar estudos, elaborar projectos e emitir pareceres sobre quadros, carreiras e remunerações;
d) Formular propostas nos domínios das políticas de ensino, formação e instrução e acompanhar a respectiva execução;
e) Organizar os processos e expediente relativos à nomeação, promoção, transferência, desvinculação, aposentação, reforma, licença e demais situações do pessoal;
f) Organizar e efectuar o cadastro, ficheiro e registo biográfico de todo o pessoal do Ministério;
g) Contribuir para a definição das políticas de segurança social e dos sistemas de saúde para os funcionários do Ministério.

ARTIGO 10
(Departamento de Administração e Finanças)

São funções do Departamento de Administração e Finanças:

a) Orientar e coordenar a elaboração e execução dos planos financeiros do Ministério;
b) Orientar e controlar a administração do património do Estado afecto às estruturas e instituições do Ministério;
c) Organizar concursos de aquisição de bens, requisição de serviços para o Ministério do Interior nos termos da legislação apropriada;
d) Orientar e controlar a promoção da construção, manutenção e conservação de infra-estruturas, equipamentos e outros bens móveis e imóveis;
e) Participar na elaboração do expediente referente à pensões no âmbito da previdência social e accidentes do trabalho ou doenças profissionais;
f) Assegurar e dinamizar a cobrança de receitas orçamentais no Ministério;
g) Elaborar relatórios de prestação de contas e execução dos planos financeiros do Ministério do Interior.

**ARTIGO 11**

*(Gabinete de Estudos e Planificação)*

São funções do Gabinete de Estudos e Planificação:

a) Centralizar, coordenar e apoiar toda a actividade de planificação do Ministério;
b) Elaborar projectos de planos e programas de desenvolvimento do Ministério em toda a sua complexidade;
c) Controlar a execução do plano e programas de actividades do Ministério;
d) Organizar e dirigir o sistema da informação estatística e estabelecer normas sobre a sua circulação dentro dos órgãos centrais e locais do Ministério;
e) Elaborar estudos, relatórios, pareceres e propostas e coordenar a preparação dos assuntos relativos ao desenvolvimento do Ministério, a serem submetidos à apreciação do Ministro, Conselho Consultivo e Conselho Coordenador do Ministério do Interior.

**ARTIGO 12**

*(Gabinete dos Assuntos Jurídicos)*

São funções do Gabinete dos Assuntos Jurídicos:

a) Elaborar projectos de diplomas legais no âmbito da actividade do Ministério;
b) Organizar e manter actualizada a legislação e documentação jurídica do interesse do Ministério;
c) Garantir a execução das leis, regulamentos, directivas e despachos superiores relativos à actividade do Ministério;
d) Proceder no âmbito do Ministério, à divulgação da legislação e documentação jurídica de interesse para o exercício da sua actividade;
e) Elaborar pareceres que lhe sejam solicitados.

**ARTIGO 13**

*(Gabinete de Relações Internacionais)*

São funções do Gabinete de Relações Internacionais:

a) Assistar a Direcção do Ministério em todos os assun-
tos por ela solicitados em matéria de Relações Internacionais;
b) Centralizar, coordenar e executar as actividades de Relações Internacionais do Ministério;
c) Organizar e manter actualizada a coletânea de Convenções, Acordos Internacionais e outra documentação de interesse para o desenvolvimento das actividades externas do Ministério;
d) Analisar, dar pareceres ou participar na preparação e conclusão de Acordos Internacionais que impliquem compromissos para o Ministério;
e) Realizar estudos e elaborar pareceres sobre o aperfeiçoamento dos mecanismos de Relações Internacionais do Ministério.

**ARTIGO 14**

*(Gabinete do Ministro)*

São funções deste Gabinete:

a) Programar as actividades do trabalho do Ministro e Vice-
Ministro;
b) Dirigir o serviço de expediente, nomeadamente, receber, distribuir, expedir e assinar a correspondência geral que o Ministro determinar;
c) Secretariar, apoiar e assistir técnica e administrativamente o Ministro;
d) Assegurar a comunicação com o público, as relações com outras entidades e serviços de protocolo.

**CAPÍTULO II**

*Collectivos*

**ARTIGO 15**

1. O Ministério do Interior compreende os seguintes órgãos colectivos:

a) Conselho Consultivo;
b) Conselho Coordenador.

2. O Conselho Consultivo do Ministério é um colectivo dirigido pelo Ministro do Interior, que tem por funções analisar e dar parecer sobre questões fundamentais da actividade do Ministério ou dos sectores a ele subordinados, nomeadamente:

a) Estudar as decisões da Assembleia da República, do Comandante-em-Chefe e do Conselho de Ministros com vista a sua correcta aplicação;
b) Analisar e dar parecer sobre a actividade de preparação, execução e controlo do plano e orçamento do Ministério;
c) Fazer o balanço do trabalho de cada sector do Ministério;
d) Analisar o estado de segurança da ordem pública no país;
e) Definir a política de combate à criminalidade;
f) Verificar e reforçar o grau de articulação com as forças de defesa e segurança e com os Tribunais;
g) Promover a troca de experiências entre dirigentes e quadros.

3. O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:

a) Ministro do Interior;
b) Vice-Ministro do Interior;
c) Secretário-Permanente;
d) Inspector Geral do Ministério;
e) Comandante-Geral da PRM;
f) Director Nacional de Identificação Civil;
g) Director Nacional de Migração;
h) Director do Serviço Nacional de Bombeiros;
i) Director de Informação;
j) Director de Recursos Humanos;
k) Chefe do Departamento de Administração e Finanças;
l) Chefe do Gabinete dos Estudos e Planificação;
m) Chefe do Gabinete dos Assuntos Jurídicos;
n) Chefe do Gabinete de Relações Internacionais.

**ARTIGO 16**

*(Conselho Coordenador)*

1. O Conselho Coordenador é o órgão através do qual o Ministro do Interior planifica, coordena e controla as acções desenvolvidas pelo Ministério a nível Central e pelos seus órgãos a nível provincial e define em linhas gerais as actividades a desenvolver.
2. O Conselho Coordenador integra na sua composição, membros do Conselho Consultivo e os Comandantes Provinciais da P. R. M.

3. O Conselho Coordenador do Ministério do Interior reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando autorizado pelo Presidente da República.

ARTIGO 17
(Convidados)

O Ministro do Interior poderá designar outros quadros, técnicos ou individualidades para participar nos colectivos referidos no presente Estatuto, quer a título permanente ou a título específico de cada sessão.

ARTIGO 18

Nos demais níveis de Direcção do Ministério, funcionam igualmente colectivos que integram os respectivos colaboradores directos, designadamente, os responsáveis do escalão imediatamente inferior.

CAPÍTULO III
Disposição final

ARTIGO 19

As dúvidas que possam surgir na aplicação deste Estatuto serão resolvidas por despacho do Ministro do Interior.


O Presidente do Conselho Nacional da Função Pública, José António da Conceição Chichava. (Ministro da Administração Estatal)